

BRASILIANAS

Tony Oliveira/Agência Brasília



Servidor da Vigilância Ambiental em Saúde

DF registrou redução de 96% nos casos prováveis de dengue

O DF fechou o ano epidemiológico de 2025 com uma queda de 96% nos casos prováveis de dengue, conforme aponta o boletim epidemiológico mensal nº 52, divulgado ontem pela Secretaria de Saúde (SES-DF). Foi registrado apenas um óbito em 2025, contra 440 em 2024. Ao longo de 2025, foram registradas 24.759 notificações suspeitas de dengue no Distrito Federal. Desse total, 11.875 casos foram classificados como prováveis, dos quais 11.108 ocorreram entre moradores do DF.

A comparação com 2024 — ano marcado por um cenário epidemiológico atípico, com alta circulação do vírus em diversas regiões do país — evidencia um quadro mais controlado em 2025. No ano anterior, haviam sido registrados 278.019 casos prováveis entre residentes no Distrito Federal, número significativamente superior ao observado neste ano.

O único óbito foi de um paciente do sexo masculino, na faixa etária de 30 a 39 anos, residente no DF. No entanto, após investigação, foi identificado que o local provável de infecção foi o município de Porto Seguro, na Bahia.

A redução foi observada em todas as regiões de saúde do DF, indicando um comportamento mais uniforme da doença.

Paulo H. Carvalho/Agência Brasília



Servidores visitaram mais de 1,8 milhão de residências

Ofensiva contra o Aedes no verão

Apesar do cenário positivo, a SES-DF reforça a importância da manutenção dos cuidados, principalmente durante o verão. A dengue apresenta comportamento sazonal e tende a registrar maior ocorrência nos períodos mais quentes e chuvosos, quando aumentam as condições favoráveis à proliferação do mosquito *Aedes aegypti*. Mesmo com a redução dos casos de dengue em 2025, a Secretaria de Saúde manteve ações contínuas de prevenção em todo o Distrito Federal. Ao longo do ano, 362 servidores da Vigilância Ambiental em Saúde visitaram mais de 1,8 milhão de residências, além de atuar em locais públicos e áreas com maior circulação de pessoas. As ações envolveram diferentes estratégias de controle e monitoramento do mosquito transmissor. Entre elas, a aplicação da Borrifação Residual Intradomiciliar (BRI) em pontos estratégicos, a instalação de mais de 3,2 mil estações disseminadoras de larvicidas e o uso de 3,8 mil ovitrampas para acompanhamento da presença do *Aedes aegypti*.

William França

Plano é atualizado constantemente

Segundo a diretora da Vigilância Epidemiológica da SES-DF, Juliane Maria Alves Siqueira Malta, os indicadores relacionados à dengue são acompanhados de forma contínua pelas equipes técnicas. “Isso nos permite identificar tanto o aumento dos atendimentos quanto a mudança na predominância dos sorotipos em circulação”, explica.

Ela acrescenta que, diante desse cenário, a secretaria vem fortalecendo a resposta para a nova sazonalidade, com a atualização do plano de contingência para dengue, chikungunya e zika, além da melhoria da qualidade dos dados de notificação e da reformulação do informe epidemiológico semanal. “Essas ações ampliam a capacidade de resposta do sistema de saúde e contribuem para a prevenção de casos graves”. Os resultados refletem o trabalho permanente desenvolvido pela Secretaria de Saúde, com atuação contínua na Vigilância Epidemiológica, no monitoramento dos casos e nas ações da Vigilância Ambiental voltadas ao controle do mosquito transmissor.

No país, 1,6 milhão de casos de dengue

O trabalho de campo contou ainda com o apoio de drones, utilizados no mapeamento de áreas consideradas prioritárias. A tecnologia permitiu a varredura de 22 regiões administrativas, com mais de 2,1 mil hectares analisados e a identificação de milhares de possíveis focos. Outra frente adotada foi o uso dos mosquitos com a bactéria *Wolbachia*, estratégia que contribui para reduzir a transmissão das arboviroses ao longo do tempo. Até o final de 2025, o Brasil registrou 1.660.190 casos prováveis de dengue e 1.762 mortes confirmadas pela doença. Estes números, do Painel de Monitoramento de Arboviroses do Ministério da Saúde, representam uma queda de 75% nos casos prováveis e de 72% nas mortes em comparação com o ano de 2024, que teve a pior crise de dengue já registrada no país. Estados com maior número de casos: São Paulo (900.677 casos), Minas Gerais (167.400), Paraná (110.896) e Goiás (101.795). A taxa de incidência nacional foi de 781 casos por 100.000 habitantes.



Taxa de Atendimento do Ensino Infantil no DF é baixa

Acesso à educação infantil ainda é desafio no DF

Nota coloca unidade apenas em 10º lugar na comparação no país

Por Isabel Dourado

O acesso à educação infantil continua sendo um dos maiores desafios da educação do Distrito Federal. De acordo com o Ranking de Competitividade dos Estados, elaborado pelo Centro de Liderança Pública (CLP), a nota do DF na Taxa de Atendimento do Ensino Infantil é de 70,1, posicionando o estado na 10ª colocação. O especialista e consultor em educação da União Europeia, João Marcelo Borges, avalia a taxa como crítica.

“Essa é a etapa mais crucial do desenvolvimento das pessoas. O Distrito Federal tem o percentual baixo e está apenas um pouco acima da média dos demais estados brasileiros. O DF é muito mais rico do que a média dos estados brasileiros, portanto, o fato de a taxa de atendimento ser mais ou menos a mesma dos demais estados significa que o investimento nessa etapa é muito baixo.”

Falta de investimentos

Segundo ele, esse cenário evidencia três fatores principais: primeiro, revela a baixa capacidade de investimentos e falta de priorização dessa etapa por parte do Governo do Distrito Federal; segundo, compromete o futuro dessas crianças, uma vez que essa fase é fundamental para o seu desenvolvimento futuro; e por fim, tende a limitar a aprendizagem nos anos seguin-

tes, refletindo negativamente em indicadores como o (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), o (Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e outros índices educacionais.

“O fato do DF ter esse gargalo que resulta tanto da falta de investimento quanto no crescimento populacional dos últimos anos, é um item crítico que precisa ser olhado com atenção. Isso tem efeitos dinâmicos lá na frente, não fica limitado a hoje. Uma criança que não está em uma creche vai ter suas possibilidades de desenvolvimento possivelmente limitadas. Certamente haverá impactos na alfabetização”, explica Borges.

Primeira Infância

Isso porque, segundo ele, crianças que recebem atenção de alta qualidade durante o período de desenvolvimento da primeira infância (de 0 a 6 anos), sobretudo nos primeiros anos, serão alfabetizadas mais rapidamente e terão melhor desenvolvimento e aprendizagem nas etapas posteriores.

“Os efeitos de uma atenção de qualidade na primeira infância transpõem a vida do indivíduo, podem ser identificados inclusive nos filhos futuros dessas crianças. Por isso é crítico que a taxa de atendimento no ensino infantil seja tão insuficiente no DF. Isso com certeza compromete o futuro das crianças.”